



---

## **BLACK MIRROR E A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA EM FAVOR DO EXTERMÍNIO: uma análise do episódio “engenharia reversa” à luz da biopolítica <sup>1</sup>**

### **BLACK MIRROR AND THE USE OF TECHNOLOGY IN FAVOR OF THE EXTERMINATION: an analysis of the episode "reverse engineering" in the light of biopolitics**

Julia de David Chelotti<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo do presente trabalho é propor um diálogo entre a ficção e a realidade a partir dos aportes teóricos da biopolítica. Para tanto, analisa o episódio “Engenharia Reversa” do seriado britânico *Black Mirror* e como a obra fictícia aborda o uso da tecnologia para o extermínio, discriminação e exclusão de seres humanos, retratados como “baratas”. O trabalho adota como procedimentos técnicos as pesquisas bibliográfica e documental e opta pelo método dialético, buscando identificar os elementos biopolíticos presentes na distopia fictícia para responder ao questionamento: quais os limites da atuação biopolítica do Estado e como este poder pode ser potencializado pelo uso das tecnologias? A fim de obter respostas, utilizar-se-á como referencial teórico as contribuições de Michel Foucault e Giorgio Agamben, cuja produção teórica servirá de pano de fundo para discutir, ao fim, a necessidade de reconhecimento do *outro* para evitar que o Estado, a sociedade e o direito recepcionem práticas de exclusão e extermínio potencializadas pelo uso da tecnologia.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Black Mirror; Vida Nua.

**ABSTRACT:** The objective of this work is to propose a dialogue between fiction and reality based on the theoretical contributions of biopolitics. To do so, it analyzes the episode "Reverse Engineering" of the British series *Black Mirror* and how the fictional work addresses the use of technology for the extermination, discrimination and exclusion of humans, portrayed as "cockroaches." The work adopts as technical procedures bibliographical and documentary research and opts for the dialectical method, seeking to identify the biopolitical elements present in the fictitious dystopia to answer the question: what are the limits of the biopolitical action of the State and how can this power be enhanced by the use of technologies? In order to obtain answers, the contributions of Michel Foucault and Giorgio Agamben will be used as a theoretical reference, whose theoretical production will serve as a background to discuss, in the end, the need to recognize the other in order to avoid that the State, the society and the right to receive exclusion and extermination practices enhanced by the use of technology.

**Keywords:** Biopolitics; Black Mirror; Naked Life.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi desenvolvida apoiada pelo fomento da CAPES.

<sup>2</sup> Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria (PPGD-UFSM). Bolsista CAPES. Graduada em Direito pela Universidade Franciscana (UFN). Email: [julia.chelotti@gmail.com](mailto:julia.chelotti@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

O seriado britânico *Black Mirror*, criado por Charlie Brooker, ganhou notoriedade mundial por explorar uma temática envolvendo tecnologia e ficção científica, retratando uma distopia possível. A série popularizou-se por fomentar questionamentos acerca dos rumos que capazes de serem tomados pela humanidade, sobretudo com a influência – cada vez maior – da tecnologia nas relações humanas. Nesse panorama, merece destaque o quinto episódio da terceira temporada do aludido seriado, *Engenharia Reversa*, uma vez que traz a abordagem da utilização da tecnologia pelo exército, empregada em favor do extermínio de “seres inferiores” – a quem chamavam de “baratas” - com a justificativa de buscar a purificação da raça.

Toda a conjuntura que apontava o alvo às “baratas” – seja o tratamento humano e social, seja o Estatal, bem como o midiático – colaborava à manutenção da situação de exclusão e propagação de ódio em desfavor daqueles seres, e o desvelar do episódio leva a sentimentos conflitantes e de desconforto, bem como a uma importante reflexão acerca da verossimilhança da situação retratada na obra fictícia com episódios lastimáveis, marcados por maciças violações de direitos humanos no passado e no presente, especialmente no que toca aos instrumentos que permitiam o Estado a gerir a vida das pessoas a partir de uma lógica biopolítica.

Nesse contexto, o presente ensaio propõe-se a realizar um diálogo entre a ficção e a realidade, analisando a distopia retratada no episódio à luz dos aportes teóricos da biopolítica a fim de problematizar as implicações do possível uso da tecnologia para o extermínio, discriminação e exclusão de seres humanos. Assim, a partir da discussão proposta, objetiva-se avançar acerca da necessidade do reconhecimento do *outro* e da emancipação de direitos a fim de evitar que o Estado, a sociedade e o próprio sistema jurídico naturalize e recepcione práticas de extermínio potencializadas pelo uso da tecnologia e justificadas por sobre argumentos biopolíticos.

A fim de cumprir tais objetivos, o presente ensaio adota como procedimentos técnicos as pesquisas bibliográfica e documental. Quanto ao método de abordagem, opta pelo dialético, tendo em vista que em um primeiro momento será traçado um



aporte teórico sobre a biopolítica em Michel Foucault e Giorgio Agamben (tese) para, em um segundo momento proceder à sinopse da distopia retratada no seriado sobre o uso da tecnologia em favor do extermínio (antítese) e, em seguida, analisar o episódio “Engenharia Reversa” à luz da teoria biopolítica (síntese), apontando os pontos de convergência e problematizando os limites e possibilidades do poder biopolítico do Estado no controle da população, sobretudo a partir do uso da tecnologia para tanto.

## 1. APORTES TEÓRICOS SOBRE A BIOPOLÍTICA

A teoria biopolítica é uma construção atribuída, majoritariamente, a três autores: Foucault, Agamben e Hannah Arendt. Diante do enfoque dado ao presente trabalho, bem como do tempo e espaço de pesquisa, abordar-se-á a biopolítica a partir da contribuição teórica dos dois primeiros autores.

Sem ter a pretensão de esgotar a temática – cuja complexidade não permite ser retratada integralmente neste *paper* – para que os objetivos do trabalho sejam atingidos, serão tecidas considerações acerca da biopolítica em Michel Foucault e, posteriormente, em Giorgio Agamben. Aqui, cabe esclarecer que apesar de haver, em certa medida, diferenças entre as concepções de biopolítica na perspectiva dos autores, não se verificam pontos dissonantes que os tornem incompatíveis. Muito pelo contrário, a referência constante a Foucault na obra de Agamben, bem como o resultado de sua reflexão sobre a biopolítica, demonstram que o autor italiano efetivamente bebe na fonte teórica do pensador francês. Nesse contexto, passa-se a analisar distintamente a concepção de cada autor sobre a temática:

### 1.1 – A biopolítica em Michel Foucault

Foucault apresenta uma teoria da dominação fundada na análise das relações históricas de poder. Ele procurou demonstrar que são as próprias relações de dominação disseminadas na sociedade que constituem e condicionam o indivíduo à obediência, uma vez que os poderosos aparelhos funcionam a partir de relações de dominação.

O poder, de acordo com o raciocínio de Foucault, não se manifesta apenas no sentido vertical, de cima para baixo, do Estado para os cidadãos, mas ele está



disseminado por todo corpo social, horizontalmente. O poder disciplinar, por exemplo, se manifesta no momento histórico em que surge uma arte do corpo humano, que objetiva não apenas o aumento de suas habilidades ou o aprofundamento de sua sujeição, mas a formação de uma relação que, concomitantemente, torna o corpo tanto mais obediente quanto mais útil é e da mesma forma, inversamente. Segundo ele, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrija, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2000, p. 119).

Nesse contexto, a biopolítica pode ser entendida como um governo da vida. Esse poder, segundo o autor, inicia-se por volta do Século XVIII e é baseada no ‘corpo-espécie’, “no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (FOUCAULT, 2014, p. 150). A partir de então passam a ter importância os números ligados a nascimentos e a mortes, bem como a duração da vida, a longevidade, e os fatores que tornam as pessoas saudáveis ou não. É o que Foucault chama de “uma biopolítica da população”, que acontece por meio de intervenções e controles reguladores. Para o autor, a partir do século XVIII que a política metamorfoseia-se no controle e promoção da vida e, por conseguinte, também o domínio sobre a vida.

Assim, a biopolítica é encarada como algo que acontece com a política no mundo ocidental, que torna a atividade do estado uma ação de governo sobre a vida biológica dos indivíduos e de uma população. E isso acarretaria não somente em um controle de corpos das pessoas, mas também o controle da população como um todo e, através disso, promove a vida tanto dos indivíduos, quanto da população.

Conforme mencionado, essa “metamorfose” do poder político tem sua origem relacionada às transformações políticas e econômicas ocorridas no ocidente durante a segunda metade do século XVIII e início do século XIX, quando os mecanismos de intervenção biopolítica tornaram-se fundamentais para os governos. De acordo com Foucault, “pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político” (FOUCAULT, 1999, p. 289-290).

Nesse momento foi reajustada a forma de acomodação biológica que seria promovida pelo Estado, diante das novas exigências do capitalismo que emergia. Aliás, é importante mencionar que os novos mecanismos biopolíticos revelaram-se indispensáveis para o desenvolvimento do modo de produção capitalista na medida em que os fenômenos populacionais eram equacionados aos processos de



acumulação do capital – o fortalecimento dos homens era fundamental para que as forças produtivas pudessem expandir-se (FOUCAULT, 1988, p. 133).

O exercício da soberania, a partir de então, não se restringia ao antigo “direito de fazer morrer ou deixar viver”, sendo ampliado para admitir também seu inverso, qual seja, o poder de “fazer viver ou deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287). Agora, o direito de “causar a morte” (ou de “deixar viver”) começa a alinhar-se às demandas de um poder que busca gerir a vida. Ou seja, a morte, legitimada em razão da necessidade da defesa do soberano passa a ser considerada sob seu lado inverso: a vida do corpo social – da população - é vista como o meio capaz de tornar o poder soberano mais forte.

Dito em outras palavras, no que diz respeito ao deslocamento do poder soberano ao biopoder<sup>3</sup>, essa passagem se deu a partir de uma nova forma de considerar a vida das pessoas: não mais como algo que poderia ser tirado pelo soberano, mas como um valor a ser potencializado por ele, por meio de mecanismos capazes de gerar vida e ordená-la a partir de suas necessidades/vontades. A biopolítica é, então, inaugurada pela preocupação do Estado com nascimentos e mortes, política de saúde, precaução com as mães diante do aborto, visão sobre saneamento básico e com a suavidade de penas e coisas do tipo, política para velhos e crianças a partir de cronologias etc.

O poder, aqui, é organizado em torno de uma economia do corpo, que transforma-se do direito de gerar a morte, em direção a estratégias capazes de aperfeiçoar o poder de gerir a vida. Aos poucos, o poder torna-se menos fundamentado em práticas coercitivas e repressivas para se difundir por meio de práticas produtivas, que se apoiam na autonomia do indivíduo. É importante destacar que ambos – poder e saber - estão intrinsecamente conectados, um não existindo sem o outro. Não há constituição de saber sem que haja relações de poder e vice-versa.

Ainda, Foucault (1988) alerta para o fato de que a biopolítica não se coloca em posição inversa ao poder disciplinar. Longe de serem formas antitéticas de poder

---

<sup>3</sup> Não raras vezes é possível observar a utilização de biopoder e biopolítica no mesmo contexto. No entanto, é conveniente explicar que tais palavras diferem-se na medida que a biopolítica consiste em uma política em nome da vida, voltada à vida biológica do homem, enquanto o biopoder representa a vida submetida ao comando da política. Ou seja, a biopolítica seria uma política voltada à valorização da vida, e o biopoder seria a forma como essa política age sobre a vida das pessoas (ESPOSITO, 2010).



sobre a vida, ainda que invistam em estratégias distintas, elas se encontram intimamente interligadas. Da disciplina à biopolítica, passa-se então do homem-corpo ao homem-espécie e do indivíduo à população (FOUCAULT, 1988, p. 151).

Em suma, o pensador francês Michel Foucault compreende a biopolítica enquanto tecnologia de governo através da qual os mecanismos biológicos dos indivíduos passam a integrar o cálculo da gestão do poder. Desaparece a sociedade como simples conjunto de sujeitos e passa a figurar, no cenário político, a espécie humana. Essa tecnologia é manejada por um conjunto de técnicas (biopoder), de mecanismos que são desenvolvidos a partir de um saber-poder que se mostra capaz de interferir diretamente nos destinos da vida humana (FOUCAULT, 1988, p. 134).

Isso viabiliza a “estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p. 286), ou seja, a espécie humana torna-se acessível ao Estado, que nela poderá intervir, por exemplo, regulando a proporção de nascimentos e de óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade da população, a incidência de doenças, a longevidade, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289-290).

## 1.2 – A biopolítica em Giorgio Agamben

Agamben, diferentemente de Foucault, entende a biopolítica como marca fundamental de toda a política ocidental, e não somente a partir das transformações políticas por que passou o Ocidente nos séculos XVIII e XIX (AGAMBEN, 2002, p. 15-16). Não obstante, o autor italiano propõe-se a dar continuidade às teorizações sobre a biopolítica, valendo-se da ideia de “vida nua” (ou “vida sacra”) como elemento capaz de aproximar as perspectivas de análise de Foucault e Arendt (AGAMBEN, 2002, p. 126).

No que toca à vida nua, a primeira aproximação feita por Agamben é através da distinção realizada pelos gregos entre *zoé* e *bíos* – termos utilizados para designar porções diversas do que é simplesmente compreendido como “vida”. Enquanto *zoé* significava o simples fato de viver (comum a todos os seres vivos, sejam homens, mulheres ou qualquer outro animal), *bíos* é o nome atribuído a uma maneira *específica* de se viver, característica de um simples indivíduo ou de uma coletividade – em outras palavras, a *bíos* simboliza “uma vida qualificada, um modo particular de vida” (AGAMBEN, 2002, p. 9).



O referido autor compreende a vida nua como zoé, como a vida desprovida de qualquer qualificação política. E, de acordo com o teórico italiano, o evento fundador da modernidade teria sido a própria politização da vida nua, ou seja, a assimilação da zoé enquanto categoria integrante da estrutura política do Estado (AGAMBEN, 2002, p. 12). Assim, há, entre a esfera da vida nua e a esfera do jurídico-institucional, um vínculo que frequentemente permanece oculto. Mas não é possível separar tais âmbitos de análise, tendo em vista que “a implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário – ainda que encoberto – do poder soberano” (AGAMBEN, 2002, p. 14).

Ademais, Agamben também vale-se da figura romana do *homo sacer* para ilustrar a ideia de vida nua. De maneira sintética, dois traços caracterizam o *homo sacer*: a matabilidade (qualquer sujeito pode matá-lo sem que tal ato constitua homicídio) e a insacrificabilidade (o *homo sacer* não pode ser morto de maneira ritualizada). Esses dois elementos caracterizadores do *homo sacer*, a princípio incompatíveis, denotam tratar-se de um conceito limite localizado entre o profano e o sagrado, entre o religioso e o jurídico (AGAMBEN, 2002, p. 81).

Com efeito, a peculiaridade da condição do *homo sacer* é justamente sua dupla exclusão (jurídica e religiosa) e o fato de estar permanentemente exposto à violência, cuja figura correlata é o soberano:

Nos dois limites extremos do ordenamento, soberano e *homo sacer* apresentam duas figuras simétricas, que têm a mesma estrutura e são correlatas, no sentido de que o soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente homines sacri e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos. (AGAMBEN, 2002, p. 92)

A ligação entre *homo sacer* e soberano resolve-se numa relação de exceção: a vida do *homo sacer* somente é sacra na medida em que se encontra presa à exceção soberana. Trata-se de uma relação de “exclusão inclusiva”, porquanto o soberano, ao suspender a lei no estado de exceção, acaba por nele incluir a vida nua (AGAMBEN, 2002, p. 90-92).

Então, pode-se entender que o *homo sacer* é a vida abandonada pelo direito e a sua particularidade é que ele é incluído pela exclusão e excluído de forma inclusiva. (AGAMBEN, 2002). Esta figura paradoxal captura a vida humana pela



exclusão ao mesmo tempo em que a inclui pelo abandono. É uma vida matável por estar fora do direito, mas por isso mesmo ela não pode ser condenada juridicamente. Está exposta à vulnerabilidade da violência por ser desprovida de qualquer direito.

Trazendo para exemplos concretos isso significa que, se por qualquer circunstância, uma pessoa ou um grupo populacional representasse uma ameaça, real ou suposta, para a ordem, eles poderão sofrer a suspensão parcial ou total dos direitos para melhor controle de suas vidas. Ocorre que a política da exceção jurídica foi (e continua sendo) amplamente utilizada pelo direito para controlar os grupos sociais perigosos para a ordem. A vida nua, expulsa da ordem pela exceção da vontade soberana está condenada ao banimento.

É interessante notar que, atualmente, a relação entre homo sacer e soberano ganha requintes de sutileza. Isso porque o detentor do poder soberano não mais se assemelha à figura clássica, capaz de suspender a ordem jurídica e instaurar o estado de exceção. Pelo contrário, “na idade da biopolítica este poder [soberano] tende a emancipar-se do estado de exceção, transformando-se em poder de decidir sobre o ponto em que a vida cessa de ser politicamente relevante” (AGAMBEN, 2002, p. 150).

A partir da “pulverização” do centro de decisão soberana, esse poder não é mais concentrado nas mãos do chefe de Estado, por exemplo. E, assim, a decisão sobre a vida jurídica e politicamente relevante e o estabelecimento de critérios biopolíticos muitas vezes está nas mãos de cientistas e médicos, que estabelecem os limites além dos quais haverá somente vida sacra. Como reflete Agamben, “no horizonte biopolítico que caracteriza a modernidade, o médico e o cientista movem-se naquela terra de ninguém onde, outrora, somente o soberano podia penetrar” (2002, p. 166).

Tecidas as considerações – demasiadamente sucintas, diga-se – é importante compilar as contribuições convergentes de ambos os autores a fim de dar direcionamentos para o presente ensaio.

Trazendo as contribuições teóricas para o contexto que se quer abordar nos próximos pontos, destaca-se, especificamente quanto à contribuição de Foucault, que a relação saber-poder apropriada pelo Estado, permite a gestão da vida da população a partir de cálculos de custo, eis que inserida no contexto da economia do corpo social. Assim, o discurso “oficial” do Estado, equipado com órgãos oficiais de



análises estatísticas e específicas, engendra-se às estruturas de poder e ganha força, legitimando, assim, uma intervenção política através da fixação de limites. Essa dinâmica permite a separação da população em categorias (inclusive de risco), justificando um acesso do nível biológico do ser humano mais *eficiente*, conformando uma economia de poder própria do modo de produção capitalista (FOUCAULT, 2008, p. 79). Assim, a dinâmica saber-poder apropriada pelo Estado no contexto da biopolítica, construída a partir de argumentos técnicos, mascara a seara política das decisões e legitima a intervenção utilitarista em favor da economia mesmo que, por vezes, o faça em detrimento da vida.

Já a obra de Agamben é profícua para os objetivos propostos notadamente quanto à localização do *espaço* da biopolítica, qual seja, entre o poder soberano e a vida nua. No esquema teórico do autor, ainda é do soberano a prerrogativa de delimitar as fronteiras que separam a vida digna da vida nua. Ou seja, permanece de posse do soberano o poder de escolha acerca da vida política e juridicamente relevante. E aqui, importa enfatizar e contextualizar tais argumentos destacando que, em tempos atuais, esse poder é pulverizado, situando-se em centros que frequentemente são de difícil localização.

Eis aqui o tangenciamento das duas obras em dois pontos mais visíveis: a atuação do soberano ao demarcar os limites da vida digna – política e juridicamente relevante, é fortalecida por um saber-poder fomentado pelo próprio Estado. Dessa forma, a própria decisão a respeito dos limites de intervenção biopolítica estatal é legitimada por um conhecimento científico (sobretudo o médico e o estatístico), deslocando as escolhas para critérios técnicos, e não políticos, aparentemente. A partir disso, o Estado acaba por fixar parâmetros normalizadores da população, que são mecanismos de intervenção direta e biopolítica (inclusive na delimitação da norma), cuja motivação serve à lógica da gestão calculista e utilitária da vida, legitimando um controle populacional em favor do econômico. Assim, fixado o parâmetro normal que balizará a incidência dos dispositivos de segurança, aqueles que, por critérios médicos e estatísticos, permanecerem no interior da normalidade, terão suas vidas valoradas positivamente; de outro lado, aos que estiverem para além da linha da normalidade, restará a vida nua, irrelevante jurídica e politicamente.

A partir da resumida exposição do aporte teórico biopolítico em Foucault e Agamben, passa-se à sinopse do episódio “Engenharia reversa” e às reflexões propostas pela distopia fictícia para, após a exposição da estória, aproximar a arte



da vida e avançar na discussão dos limites da intervenção biopolítica do Estado e no reconhecimento do *outro* – seja no que toca às bases relacionais humanas, seja em relação à ampliação e emancipação de direitos.

## **2. O EPISÓDIO “ENGENHARIA REVERSA” E A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA EM FAVOR DA EXCLUSÃO: uma distopia possível**

Engenharia Reversa (*Men Against Fire*) retrata a vida do personagem Stripe, um soldado recém incorporado ao exército, cuja motivação é, eminentemente, exterminar seres denominados “baratas”. O início da trama se dá com a primeira missão de Stripe, onde ele e outros soldados têm de ir a uma aldeia investigar um ataque de baratas. Nesse primeiro momento, já é possível perceber que não apenas o exército vê as “baratas” como indesejadas, mas a sociedade como um todo, eis que os aldeões, a partir do ataque sofrido, acabam jogando fora tudo o que havia sido tocado por aqueles seres, uma vez que teria sido supostamente infectados.

Ademais, chama atenção logo no começo do episódio a tecnologia empregada pelo exército na caça e extermínio das baratas: os soldados têm uma espécie de dispositivo implantado nos olhos, denominado de “máscara”, que permitia que eles recebessem informações de combate, plantas de terreno, dados digitalizados, mapeamento de locais de ataque, bem como facilitava a comunicação entre os soldados e os demais. Todo esse aparato tecnológico era utilizado na guerra contra tais criaturas, retratadas como abomináveis e zumbificadas, que precisavam ser liquidadas para “o bem da humanidade”.

Após informações coletadas na aldeia, os soldados se dirigem a uma casa em busca das baratas, onde acabam encontrando um “ninho” e, imediatamente, seres disformes e com corpos semi-humanos entram em conflito com os combatentes. Em uma cena desesperadora, Stripe consegue atirar em uma barata, e precisa lutar para matar a segunda que, antes de morrer, apontou um dispositivo emitindo uma luz verde em direção aos olhos do soldado, que, após isso, começa a apresentar falhas em sua máscara, aparentando estar desorientado.

A partir das falhas apresentadas por sua máscara, Stripe solicita uma visita a um médico, que afirma que ele não tem nenhum problema de saúde e nem na máscara. Ele é, então, encaminhado para o doutor Arquette, retratado no episódio



como uma figura de poder, o qual diz que não há nada de errado com ele, dispensando-o. Em seguida, o episódio retrata a próxima missão dos soldados, que deslocam-se a um abrigo vazio em busca de baratas. Stripe percebe que sua máscara de olhos, apesar da consulta realizada, mostrava-se cada vez mais estranha.

Ao entrarem no abrigo, a equipe enviada ao local se separa, e, em seguida, Stripe encontra uma mulher em um dos quartos, muito assustada. Ao perceber o temor da mulher, afirma que não tinha a intenção de machucá-la, aconselhando-a deixar o local, eis que estava infestado de baratas. Ato contínuo, uma companheira de equipe de Stripe entra no recinto e atira na mulher, momento em que o soldado a questiona, com revolta, o motivo de ter matado uma pessoa inocente. Sem que houvesse tempo para a combatente explicar-se, rapidamente se inicia uma luta intensa entre os soldados e as baratas. A filmagem se dá de forma que quando a soldada atira nas baratas, elas aparecem na sua forma disforme e “zumbificada”, no entanto, ao caírem sem vida no chão, aparecem como seres humanos, promovendo um momento de aflição no espectador que, durante toda a cena, fica sem entender se são pessoas ou se são realmente monstros.

Desesperadamente, Stripe tenta impedir a colega de matar mais pessoas, perguntando por que está assassinando seres humanos, surpreendendo-se quando a mesma responde que tratavam-se de baratas. Em seguida, Stripe, ao levar um tiro, desmaia e é ajudado por uma mulher chamada Catarina, que o leva para um esconderijo. Ao despertar, a mulher pergunta ao combatente se ele a vê como uma barata. Sem entender aquela conversa, o militar responde que não a vê como uma barata, afinal, tais criaturas não falam e apresentam uma identidade não humana. Tal passagem leva a concluir que as baratas eram, em verdade, seres humanos e que as “máscaras” eram responsáveis por modificar, sobremaneira, a percepção dos soldados, de modo que, distorcendo a forma das pessoas marcadas, zumbificando-as e as transformando em seres disformes, figuravam como poderoso incentivo aos militares no extermínio de tais criaturas.

Nesse momento, inicia-se um diálogo perturbador entre Stripe e Catarina, no qual o soldado questiona o porquê de os aldeões, apesar de não serem do exército – e, portanto, incapazes de ver as baratas de modo disforme – também as odiavam. Ao responder, Catarina fala que por mais que os aldeões e a sociedade os enxergassem como seres humanos, *eles foram ensinados a odiar*, e explica que isso



começou com um programa de triagem e exames de DNA, onde alguns seres humanos começaram a ser concebidos como criaturas indesejadas. A mulher segue explicando que a disseminação de ódio contra eles, no sentido de os vislumbrarem como uma linhagem fraca e que, por conseguinte, precisava ser exterminada, estava por toda parte: na TV, no computador, nos discursos. E termina com a impactante frase: “Meu nome era Catarina, o dele era Alec. Agora somos apenas baratas”<sup>4</sup>. E, em seguida, as “baratas” são atingidas pela soldada Ray, e morrem, deixando Stripe extremamente atordoado.

A cena, então, muda para Stripe em uma sala branca, na qual o Dr. Arquette entra trazendo um café. O diálogo entre os dois é o ponto alto do episódio, e começa com o psicólogo desculpando-se pelo mal funcionamento da máscara do soldado, explicando que tudo se deu em razão do disparo do dispositivo que emitia a luz verde, capaz de interferir no sinal das máscaras dos soldados, uma vez que a luz transmitia um código capaz de desativar o sinal da máscara por dentro, tratando-se de uma invenção engenhosa das próprias baratas.

Stripe, revoltado e atormentado pelo fato de que, em verdade, a missão do exército era exterminar seres humanos e não “baratas”, questiona o porquê de tudo aquilo. O Dr. Arquette, com uma expressão serena e de superioridade, explica que o emprego das máscaras é necessário, pois os seres humanos, naturalmente, não têm vontade de matar uns aos outros, o que, segundo ele, não é algo bom quando “o futuro depende da extinção do inimigo”. E continua, afirmando que as máscaras tratam-se da maior arma militar de todas, uma vez que ajudam com as informações, com a mira, com a comunicação e com o condicionamento, e, para além dos olhos, outros sentidos também são afetados de maneira que os soldados não ouvem os gritos e nem sentem o cheiro de sangue e excrementos, proferindo a emblemática justificativa de que “é muito mais fácil puxar o gatinho mirando no bicho-papão”.

Finalmente, neste momento é revelado ao espectador o que faz das baratas seres tão repudiáveis. O Dr. Arquette, ao ouvir, após toda a sua argumentação acerca da necessidade e da eficiência – na acepção genuína da palavra – do emprego das máscaras, que essa perseguição é absurda, vez que tratam-se de seres humanos e não criaturas monstruosas, explica que a razão do extermínio é a purificação da espécie. Segue a fala do personagem:

---

<sup>4</sup> ENGENHARIA REVERSA. **Black Mirror**. Netflix: episódio 5, temporada 3. Lançamento 21 de outubro de 2016.



- Você tem alguma ideia da quantidade de porcarias que eles têm no DNA? Maior probabilidade de câncer, distrofia muscular, esclerose múltipla, síndrome de Sjögren-Larsson, QI baixo, tendências ao crime, desvios sexuais. Está tudo lá. A triagem identifica tudo. É isso que você quer para a próxima geração? <sup>5</sup>

Consciente da violência Estatal, cujo emprego de força e tecnologia no aparato bélico objetivava a exclusão do outro e, mais ainda, de que o mesmo tratava-se de um instrumento dessa violência, Stripe, desesperado, grita que tudo aquilo é um assassinato, que havia sido enganado e manipulado para tanto. Arquette, então, assegura-o que ninguém mentiu para ele, que no momento do implante das máscaras, ele concordou com tudo aquilo e que tudo fazia parte do processo. Ao perceber o abalo psicológico do soldado, Arquette lhe apresenta duas opções: a reativação e reparo da máscara, onde ele não se lembraria de nada dos últimos dias, ou, a prisão. O soldado afirma com indignação que não aceita mais a máscara, mas Arquette o lembra que máscara, no final das contas, é sua aliada, eis que sem ela o soldado lembraria do que fez e, logo, teria de viver com o remorso de ter tirado vidas humanas inocentes, e não de não seres estranhos, disformes e nojentos.

Na última cena, vê-se Stripe com seu uniforme militar parado em frente a uma casa e é possível perceber que sua máscara havia voltado a funcionar. Ele vê uma casa bonita, arrumada, aconchegante, branca e limpa, com a mulher de seus sonhos o esperando na porta. Na medida em que a câmera se afasta, vemos, na verdade, uma casa semidestruída, suja e vazia, sem ninguém ali. Stripe havia feito sua escolha: não encher a realidade.

O episódio chega ao fim e, com isso, inicia-se um grande desconforto ao pensar que, apesar de fantasiosa e dotada de ficção, a mensagem retratada pela trama é extremamente verossímil com lamentáveis acontecimentos do passado e do presente, marcadas pela não aceitação do Outro. O que causa incômodo, em verdade, é assistir uma produção repleta de cenas pesadas e identificar nelas uma distopia possível, onde a tecnologia, mesmo capaz de ser em favor da evolução social, pode ser utilizada como uma importante arma para o extermínio e a exclusão do outro.

---

<sup>5</sup> ENGENHARIA REVERSA. **Black Mirror**. Netflix: episódio 5, temporada 3. Lançamento 21 de outubro de 2016.



### **3. DIÁLOGOS ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE: reflexões sobre os limites da intervenção biopolítica do Estado**

Feitas, em um primeiro momento, delimitações teóricas sobre o conceito chave de biopolítica em Foucault e Agamben e, em um segundo momento, exposta a distopia possível retratada pelo episódio “Engenharia Reversa”, a presente seção objetiva identificar os elementos de controle biopolítico retratados na obra fictícia, para, a partir de tal análise, discutir os limites do poder biopolítico exercido pelo Estado, sobretudo com o emprego da tecnologia como instrumento. Ainda, objetiva-se avançar nas discussões sobre a necessidade do reconhecimento do Outro - seja no que toca às bases relacionais, seja na emancipação e promoção de direitos – como uma possibilidade de estancar um controle biopolítico que solape os direitos humanos e sirva ao extermínio utilitário em favor do valor econômico dos corpos.

Em primeira análise, chama a atenção toda a dinâmica de poder ao qual estão submetidas as “baratas”: elas não são baratas somente porque são o alvo de extermínio do Exército, mas porque toda a sociedade também as vê como tal – influenciadas pelo poder do discurso midiático e das dinâmicas naturalizadas de poder. Ou seja, há uma capilaridade do poder, que não mais é focado e exercido exclusivamente pela figura clássica do soberano, mas horizontalizado e difundido, corroborando com os ensinamentos e análises de Foucault sobre o poder na era biopolítica – modernidade.

Outra característica presente na teoria biopolítica que é retratada no episódio, corroborando com o que foi tratado acima, é justamente a “pulverização” do centro de decisão soberana e o deslocamento da fixação de critérios determinantes sobre a vida jurídica e politicamente relevante (critérios biopolíticos) para as mãos de cientistas e médicos, que estabelecem os limites além dos quais haverá somente vida sacra. Na obra fictícia, a figura de poder central é o psiquiatra que, a partir de um discurso higienista e de purificação da raça humana, justifica todo o extermínio potencializado pelo emprego da tecnologia de outros seres, sem sequer demonstrar responsabilidade pelas vidas que são retiradas sob tal justificativa<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Essa cena, bem como a cena final que retrata a escolha do soldado pela reativação de sua máscara a fim de não enxergar toda a violência empregada contra as baratas, faz alusão ao que Foucault refere-se como o excesso de obediência que marca o século XX, e como esse excesso de obediência acaba produzindo uma “desresponsabilização”, uma transferência de responsabilidades humanas.



De outra banda, talvez um dos pontos da estória que mais reporte à teoria biopolítica é a ideia de vida nua a que estão sujeitas as “baratas”. Condenadas a uma vida de banimento, possuem uma vida matável por estar fora do direito e paradoxalmente impossível de ser condenada juridicamente, justamente por isso. É essa nudez da vida que faz com que as pessoas mapeadas como baratas fossem destituídos da condição de humanos e expostos à vulnerabilidade da violência, eis que desprovidos de direitos.

Por fim, não se pode deixar de mencionar o motivo principal que fundamenta a trama: as baratas são alvo de um mapeamento de DNA e perseguidas em nome de uma lógica utilitarista e higienista de purificação da raça. É o exemplo didático de uma intervenção estatal biopolítica, que a partir de uma relação saber-poder aparentemente técnica e estatística, interfere na vida – e na morte – de seres humanos seguindo a uma lógica econômica de controle de corpos. Acontece que, justamente por fundamentar essa intervenção a partir de um argumento “técnico” estabelece um padrão normalizador que relega àqueles que não correspondem a este padrão uma vida de banimento, uma vida nua sem, entretanto, revelar o caráter político dessa intervenção.

Nesse ponto, além de analisar os elementos correlatos à teoria biopolítica presentes no episódio retratado, é importante atentar ao emprego da tecnologia como instrumento de implementação de intervenções biopolíticas. Destaca-se, por oportuno, que a tecnologia desempenha um papel social e político, bem como não ostenta uma situação de neutralidade, uma vez que possui tendências e valores quando criada e implementada dentro de certos contextos e grupos sociais.

Com a velocidade crescente do desenvolvimento tecnocientífico, este se encontra cada vez mais engendrado às estratégias biopolíticas. O contexto econômico possui grande influência nesse panorama e a ânsia de lucro por parte das empresas e do poder de gerir a vida pela ciência e tecnologia em escala biológica, social e planetária convergem-se sendo capazes de impactar nessas estratégias. A biopolítica, impulsionada pela tecnologia, desloca-nos para um tempo profundo, ao fazer da vida matéria passível a todo tipo de intervenção (BRASIL, 2008, p. 17).

---

Aqui, cabe mencionar a construção Arendtiana sobre a banalidade do mal, que em razão dos objetivos propostos no presente ensaio, não caberia no limite do trabalho. Assim, para uma leitura complementar, conferir: ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.



O objetivo de aproximar a arte da vida e propor reflexões biopolíticas a partir de uma obra fictícia revela-se importante na medida em que lança as bases para a discussão acerca dos limites da intervenção Estatal valendo-se dessa dinâmica de poder. Se, por um lado, uma atuação biopolítica é fundamental para a geração e promoção da vida mediante a implementação de políticas públicas, por exemplo, é fundamental que tal conduta não ultrapasse os limites do reconhecimento do (valor da vida do) outro e difunda-se por sobre lógicas de poder que promovam a sujeição da vida em nome de um utilitarismo que sirva aos interesses de poucos, ou de mercado (ou ambos).

É justamente na naturalização das dinâmicas de poder pela capilarização alcançada e legitimada pela obediência, pelo binômio saber-poder e pelas tentadoras justificativas técnicas e estatísticas que se faz necessário discutir os limites de uma ação biopolítica estatal – que também é, em certa medida, social e individual – sobretudo no contexto de evolução tecnológica capaz de sofisticar e potencializar a incidência desse poder. Nesse ponto, aponta-se como um balizador desse poder o reconhecimento do Outro e a alteridade como filtro balizador de tais medidas.

Por reconhecimento do Outro e alteridade, aqui adotamos a concepção de Levinas, que propõe uma forma de pensar o outro, através da ruptura com a subjetividade fechada, ou seja, compreender o outro enquanto totalmente outro. A proposta de Levinas<sup>7</sup>, na elaboração da sua ética da alteridade, é a superação do individualismo que induz à concepção em-si-mesmada do Outro, de modo que o homem contemporâneo rompa com a totalidade do ser em si mesmo e se abra à exterioridade do Outro (LEVINAS, 2009).

Nesse passo, a proposta do autor é que essa abertura seja absoluta diante desse outro que se apresenta como o diferente, que merece ser respeitado exatamente como se encontra, sem exclusão por suas particularidades. Para ele, como consequência dessa abertura ao encontro com o outro, surge, também a responsabilidade de não totalizar o outro.

Essa concepção mostra-se chave para, conclusivamente, balizar uma dinâmica de poder biopolítica exercida pelo Estado – sociedade e instituições – para

---

<sup>7</sup> Para Lévinas a primeira manifestação do ser humano está no Rosto. Nossa consciência é questionada pelo Rosto, esse questionamento é nossa tomada de consciência, onde somos responsáveis pelo outro. Lévinas deixa bem claro que “O Eu (Moi) diante do Outro é infinitamente responsável” (LÉVINAS, 2009, p.53).



que os limites das intervenções não sejam responsáveis por totalizar a vida da população, sujeitando-a. Obviamente, a tomada e a *práxis* de tal ética deve esta para além do direito – ainda que absolutamente importante e correlata a este – mas norteando uma base relacional do humano para com o humano que contribua para que as dinâmicas de poder biopolítico sejam efetivamente em favor da vida, sem recair em um totalitarismo e uma prática de morte, sobretudo com o emprego da tecnologia como instrumento para tanto.

## CONCLUSÃO

Como visto, o biopoder é o exercício do poder na *bios*, na vida, no disciplinamento do corpo social através do controle dos processos de vida. Ele se estende das profundezas da consciência até aos organismos da população, à existência coletiva dos grupos sociais especificados em termos de raça, etnia, religião ou gênero. Estas tecnologias de poder são complementadas por tecnologias de si, ou modos de subjetivação, nos quais os indivíduos podem ser levados a trabalharem em si mesmos por meio de práticas e tecnologias, em nome da vida coletiva.

A constatação de que o Estado age biopoliticamente é o primeiro passo para o início da luta contra qualquer forma de sujeição que possa ser infligida à população. Essa preocupação é cara especialmente ao jurista, haja vista que o direito consubstancia relevante veículo dessas sujeições. Assim, respondendo ao problema que norteia o presente ensaio, os limites do poder biopolítico exercido pelo Estado – sobretudo quando este sujeita-se a estar potencializado pelo uso da tecnologia – é o respeito à exterioridade e reconhecimento do Outro enquanto ser digno de uma vida jurídica e politicamente relevante.

A partir da análise do episódio Engenharia reversa, foi possível atentar e discutir acerca da barbárie que um exercício desresponsabilizado do poder biopolítico incorporado por lógicas mercadológicas e higienistas é capaz de gerar, naturalizando uma cultura de extermínio e violência e produzindo uma vida nua, na concepção Agambeniana. A análise da distopia à luz da teoria biopolítica é capaz de promover reflexões acerca da necessidade de avançar não somente acerca da efetividade e emancipação de direitos humanos na tentativa de prevenir esse tipo de



situação mas, para além disso, em uma base relacional de responsabilidade, respeito e aceitação integral.

Se é verdade que a arte imita a vida, talvez o episódio em questão seja um alerta acerca dos tristes paradigmas que a sociedade oferece como ponto de referência e retratação. E se o direito acompanha a sociedade, então talvez seja necessário pensar não somente acerca das bases relacionais do humano para com o humano, mas de como o ordenamento jurídico se coloca e contribui nesse sentido.

Além disso, é também nesse contexto que o debate acerca da inefetividade dos direitos humanos tem que ganhar vez e voz, a fim de que estes assumam o caráter emancipatório que tanto é necessário, sob pena de assistirmos, no futuro e com o emprego de alta tecnologia como instrumento, produção e reprodução de episódios por exclusão, por dor, por violência e segregação com uma falsa retórica e justificativa de que toda a violência tem como objetivo um “bem maior” à humanidade.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer: o Poder Soberano e Vida Nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

BRASIL, André. *Modulação/Montagem: ensaio sobre biopolítica e experiência estética*. 99f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Escola de Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

ESPOSITO, Roberto. *Biopolítica e Filosofia*. Edegaro Castro (Trad.) Buenos Aires: Grama Ediciones, 2010.

ENGENHARIA REVERSA. *Black Mirror*. Netflix: episódio 5, temporada 3. Lançamento 21 de outubro de 2016

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

